



TJPR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ



Comitê Interinstitucional de enfrentamento ao covid-19 no sistema carcerário

Ata de Reunião

Reunião on-line

Data: 06 de julho de 2021.

Início: 14h00min.

Participantes

<p>Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Des. Ruy Muggiati - Supervisor do GMF Dr. Eduardo Lino Bueno Fagundes Junior - Corregedoria dos Presídios de Curitiba Kleber Humberto da Silva - Assessoria do GMF CNJ/PNUD - Fazendo Justiça Dra. Juliana Marques Resende Ministério Público do Estado do Paraná Dr. Ricardo Lois Defensoria Pública do Paraná Dr. Andreza Menezes Assembleia Legislativa - Comissão de Direitos Humanos Dr. Luis Rosa</p>	<p>Secretaria de Estado da Segurança Pública Dr. Francisco Santos - CMP Dr. Vinicius Augustus Carvalho Dr. Diego Piotrowski Machado OAB/PR ----- Governo do Estado - Casa Civil ----- Feccompar Maria Helena Orreda Coped/Sejuf Dra. Waleiska Fernandes Secretaria de Saúde Elaine Cristina Vieira de Oliveira</p>
---	--

Assuntos da Pauta/Resumo da reunião

1. **Atualizações;**
2. **Vacinação no sistema**
3. **Assuntos gerais:**

Dr. Diego apresentou os dados referentes aos casos entre presos e servidores suspeitos e confirmados para covid-19, conforme boletim informativo ([aqui](#)), com destaque para a morte de 24 presos e 10 servidores. Incrementou com os dados sobre a vacinação no sistema, que encontra-se em estágio avançado, faltando alguns casos pontuais de impossibilidade de vacinação, seja por estarem alguns em fase de quarentena ou com previsão próxima para vacinação;

Maria Helena questionou sobre a previsão da aplicação da vacinação da gripe, como está a programação para a população carcerária. **Diego** respondeu que em alguns locais já acontecem e noutros precisa esperar o intervalo de imunização da vacina da covid-19, que passado o intervalo, serão vacinados pois já há disponibilidade de vacinas; sobre a segunda dose, a previsão é para 90 dias a partir da primeira dose, no caso da AstraZeneca e 15 dias para os que receberam a Coronavac.

Dra. Andressa trouxe a informação de que familiares não souberam da contaminação de seus parentes ou só souberam após hospitalização. Questiona qual a estratégia de comunicação às famílias sobre as enfermidades dos presos, se existe um padrão ou está na decisão de cada unidade prisional, e como seria possível conciliar. Apontou questões relacionadas às escoltas de pessoas doentes encaminhadas para tratamento.

Dr. Francisco respondeu que há limitação por conta da pandemia e que no sistema carcerário tem um cuidado com a segurança, que no CMP possui apenas uma assistente social, informando a família quando ocorre alguma situação de saúde, mas com a pandemia é difícil dar conta da demanda. Geralmente em situações mais graves os hospitais comunicam. Sobre a escolta, pontuou que é uma logística dificultosa e pontual no sistema, que piorou com o covid-19.

Dr. Luis Rosa questionou se a penitenciário feminina já foram vacinadas. Diego respondeu que foram vacinadas após a quarentena da população que teve covid. Dr. Luis questionou como é a vacinação dos novos ingressos, se são vacinados na entrada. Tb sobre as visitas familiares, se existe a previsão da liberação das sacolas a partir de agora e as visitas, em que tempo?

Diego sobre as vacinas dos novos presos do sistema, que há um controle pelo SIGEP lançando a data que o preso foi vacinado para registro e os novos, em Curitiba, estão sendo vacinados semanalmente pelos profissionais da saúde. Sobre as visitas existe um planejamento, mas seguindo os protocolos vigentes, precisam vencer as 2 doses e o período posterior dos 30 dias. Sobre as sacolas e a retomada das visitas, para evitar aglomerações, continuam sendo feitas pelo sedex.

Dr. Ricardo Lois questionou: **a)** sobre Foz do Iguaçu, das contaminações, se obedecem o fluxo de encaminhamento para a unidade sentinela?; **b)** notícia de uma morte recente do preso chamado Daniel XXX, de aprox. 60 anos, que teria falecido assintomático e só no IML constatou o covid-19, se nessa questão está sendo feito investigação ou notícias em relação à causa mortis; **c)** sobre Londrina, uma das iniciativas do conselho da comunidade de lá, projeto Além do Horizonte, ameaçado em razão da falta de recursos do fundo dos conselhos para o financiamento, se isso procede?

Diego confirmou que os presos são enviados para unidade sentinela de Medianeira. Sobre a morte de Daniel, não tem conhecimento. **Dr. Francisco** falou que se não tinha sintomas, a causa mortis não foi covid-19. Sobre os recursos do Conselho da comunidade, **Maria Helena informou** que um montante de recursos foi repassado para a emergência do covid-19, precisando paralisar ou reduzir projetos e contenção de gastos. Os conselhos foram orientados a diminuir o fluxo de atividades, sem interrupção. A FECCOMPAR orientou os conselhos a fiscalizar a destinação dos recursos, porém poucos conselhos tiveram retorno aos questionamentos, sobre onde os valores foram empregados, com dificuldades de verificar onde foram usados, de que forma foram empregados ou ao atendimento dos privados de liberdade. Alguns conselhos conseguiram uma resposta que permite visualizar a destinação dos recursos.

Dra. Waleiska perguntou sobre o atraso da vacinação em Foz do Iguaçu? Sobre os novos presos, há um planejamento para separá-los dos que tomaram a primeira dose, se são mantidos em separado? **Diego** respondeu que em Foz a demora foi pelo término da quarentena. Os novos presos ficam no período de triagem, que não são incluídos com os vacinados para observar os sintomas. Se existe a garantia das segundas doses para serem aplicadas no sistema, Diego respondeu que houve a garantia da SESA da existência das doses com uma reserva técnica.

Dr. Francisco trouxe o exemplo de Araucária, que teve um foco de 50% de contaminação, feito o isolamento e quem vacinou foi a prefeitura. Acredita que o grande problema do sistema não está nas penitenciárias e sim no entra e sai das cadeias, por ter um fluxo de troca direta.

Dr. Caricati informou que o combinado com as Secretarias de Saúde é que a cada 15 dias o agente de saúde passa e faz a vacinação dos presos, no estado inteiro.

Dra. Maria Helena pontuou que os conselhos acompanham as unidades e houve uma movimentação para acompanhamento das vacinas, relataram algumas dificuldades de acompanhamento inclusive presencial, pois alguma unidade proibia os conselhos de entrarem para fazer acompanhamento e inspeção. Efetuaram levantamento dos conselhos que tiveram dificuldades, sendo que 60 Conselhos responderam questionamentos que apontaram inconsistências com as datas de aplicação das vacinas e apontam que cadeias e delegacias

receberam as vacinas. Em Curitiba tem a informação que não houve a vacinação, solicitando esclarecimentos.

Diego informou que a informação passada no início é atualizada, faltando apenas Icaraíma, Ortigueira e as duas unidades de Foz do Iguaçu.

Dr. Ricardo Lois pontuou que é importante refletir se a tentativa de fiscalização pelos conselhos da comunidade não pode tornar vulnerável as estratégias de prevenção ao contágio nas unidades;

Dra. Waleiska questionou se as famílias das pessoas presas estão recebendo informações sobre a vacinação de seus entes, sugerindo que sejam as famílias informadas. **Dr. Diego** exemplificou que o funcionamento se dá nos moldes do CMP e também pelas visitas virtuais que as famílias recebem a informação;

Dra. Maria Helena informou que os Conselhos têm uma relação próxima com as famílias e na medida em que ocorreu a vacina, houve uma comunicação pelos conselhos. Complementou que sobre as inspeções que os Conselhos da Comunidade, a LEP atribui as visitas às unidades, acompanhamento e fiscalização, e também precisam tomar os cuidados de saúde, assim como agentes, diretores e demais servidores públicos, não devendo haver restrições de entrada dos conselhos nas unidades, tendo em vista a necessidade em razão da situação pandêmica, momento que carece de cuidados. Informou que entrará em contato com o DEPEN para ajustes necessários para efetivação das visitas pelos Conselhos nas unidades;

Dra. Andreza reforça a necessidade de um padrão às visitas dos conselhos e também de comunicação aos familiares. Sabe das dificuldades de recursos humanos e se existe um planejamento para solução dessa questão. Questiona a existência de um padrão de comunicação ou algum estudo para suprir as falhas e demandas de comunicação bem como a previsão de manejo de recursos humanos para suprir essa necessidade de comunicação com os familiares, bem como outras demandas como a visitação e a entrega de sacolas.

Des. Ruy Muggiati sugeriu um controle especial das hospitalizações, com uma análise das questões de segurança, com repasse ao serviço social para fazer uma ponte de comunicação com os familiares, principalmente quando os presos passam a apresentar sintomas graves. Assim, esse plano poderia ser desenvolvido para os próximos casos;

Dr. Diego pontuou que precisam respeitar o procedimento de segurança, principalmente de presos de alta periculosidade, sendo necessário o estudo de caso, para melhorar a situação da comunicação. Pontuou que acontecem as visitas virtuais e a comunicação pelo serviço social, que sofre com a pouca oferta de profissionais, mesmo com auxílio de residentes técnicos, que não dão conta das 33 unidades penais e as 80 cadeias públicas. Explicou que os familiares podem se comunicar com as unidades penais pelos canais disponíveis. Reforçou a importância dos conselhos da comunidade como suporte e auxílio na comunicação com os familiares. Também pontuou sua preocupação com as questões de segurança;

Des. Ruy Muggiati pontuou que diante do número pequeno de hospitalizações poderia ser feito um controle para que ao mesmo tempo em que se verifica a questão de segurança, fosse encaminhado ao serviço social para a comunicação aos familiares. Assim, concentrar os casos no serviço social, juntamente com o serviço de inteligência e a direção do estabelecimento, se programem para dar conhecimento aos familiares. Solicitou ao Dr. Diego que juntamente com o Cel. Marinho e Dr. Caricati estudem uma possibilidade/sugestão, trazendo para a próxima reunião, com um controle especial das hospitalizações visando a comunicação;

Dr. Francisco informou que esse fluxo pode ser suprido no âmbito do CMP, a fim de avisar aos familiares dos pacientes internados em estado grave bem como os recuperados;

Dra. Juliana reforçou que desde março de 2020 o CNJ trabalha no manual de orientações de medidas de enfrentamento ao covid e o manual tem várias partes dele que se trata da questão das orientações às famílias e comunicação e vários estados conseguiram implantar um fluxo,

reforçando as orientações, podendo compartilhar os casos em que houve esse fluxo, sugerindo uma nota técnica do DEPEN.

Encaminhamento: Diego trará sugestões de fluxo de atenção às questões de comunicação aos familiares das pessoas presas hospitalizadas;

Dr. Luis Rosa solicitou informações sobre Ponta Grossa, que recebeu presos de Wenceslau Braz devido ao frio, questionando como está a situação, se foi normalizado? **Dr. Silvanei** respondeu que houve uma revolta na cadeia com vários danos, sendo remanejados para Ponta Grossa para que se fizesse a reforma da unidade de Wenceslau Braz, com o retorno após a reforma.

Dr. Luís Rosa informou sobre as visitas da Comissão de Direitos Humanos ao CMP e a unidade Feminina, sendo preparado um relatório a ser encaminhado aos atores do sistema.

Desembargador Ruy Muggiati encerrou a reunião, **agendando a próxima para o dia 20 de julho de 2021, às 14h.**